

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ENVIRONMENTAL EDUCATION: A LOOK AT THE PRACTICES OF EDUCATION TEACHERS CHILDREN

Gilmara Cristine Back¹

Resumo

O presente artigo parte do estudo de doutoramento realizado pela autora no período de 2018 a 2021. Tangencia a problemática das práticas pedagógicas desenvolvidas por professores da educação infantil de um município da região metropolitana de Curitiba capital do Estado Paraná. Assim, tem como compreender a prática em Educação Ambiental desenvolvida na Educação Infantil. O município em tela está localizado numa Área de Preservação Ambiental e, em específico o lócus da pesquisa vizinham-se à margem linear da mata atlântica. A metodologia de abordagem qualitativa centrou-se nas análises das práticas à luz dos documentos orientadores sobre as práticas em Educação Ambiental. Os fundamentos teóricos explicitam estudos de autores que dialogam com uma perspectiva crítica em Educação Ambiental. Os resultados revelam contradições entre o explícito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e convergência frente aos documentos institucionais.

Palavras-chave: Diretrizes da Educação Ambiental. Educação Infantil. Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental.

Abstract

This article is part of the doctoral study carried out by the author between 2018 and 2021. It addresses the issue of pedagogical practices developed by early childhood education teachers in a municipality in the metropolitan region of Curitiba, capital of the State of Paraná. Thus, it is possible to understand the practice in Environmental Education developed in Early Childhood Education. The municipality in question is located in an Environmental Preservation Area and, specifically, the research locus neighbors the linear margin of the Atlantic Forest. The qualitative approach methodology focused on analyzing practices in light of guiding documents on practices in Environmental Education. The theoretical foundations explain studies by authors who dialogue with a critical perspective on Environmental Education. The results reveal contradictions between what is explicit in the National Curricular Guidelines for Environmental Education and convergence in relation to institutional documents.

Keywords: Environmental Education Guidelines. Early Childhood Education. Pedagogical Practices in Environmental Education.

¹ Professora na Rede Pública Municipal de Piraquara - Paraá. Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. gilmaraback@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-1328-5186>; <http://lattes.cnpq.br/1451305966633086>

Introdução

Este artigo, produzido a partir dos estudos realizados na pesquisa de doutoramento da autora, realizada no período de 2018 a 2021, na Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas: Elementos Articuladores do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), tem como objeto de estudo as práticas pedagógicas de docentes que atuam em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) de um município da região metropolitana da cidade de Curitiba no Estado do Paraná. As práticas pedagógicas eleitas como objeto da pesquisa se configuraram como importante por estar, os Centros de Educação Infantil onde as práticas se desenvolvem, localizados em Área de Preservação Ambiental (APA) e todos numa linha espacial vizinha à Mata Atlântica.

O “olhar” sobre as práticas se fez necessário, pois, como já assinalado o local é uma região de APA e, também, pelo fato de a pesquisadora trabalhar num dos CMEIs lócus da pesquisa, por ser professora nessa etapa da educação infantil e vivenciar práticas pedagógicas em Educação Ambiental (EA) por vezes dissonantes do que se estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e as Políticas de Educação Ambiental. Vale lembrar que as políticas de Educação Ambiental aqui tratadas estão no âmbito das políticas públicas educacionais e, como tal, devem atender à regulamentação vigente. Essas políticas estabelecem que a Educação Ambiental deve ser realizada em todos os níveis, modalidades e etapas de ensino na educação básica, assim como, na educação superior.

Com base na problemática Educação Ambiental e as formas como ela é tratada no âmbito educacional, buscamos em Jacobi (2003) a compreensão de que educação ambiental é mais que nunca necessária para que mudanças, no atual quadro de degradação ambiental, sejam consolidadas. Em Sauvé (2005) a necessária assertiva que a EA é dimensão essencial da educação fundamental e diz respeito às interações que estão na base do desenvolvimento pessoal e social. Dialogamos com Loureiro (2004) com o fim de explicitar que Educação Ambiental é uma possibilidade para dinamizar a própria educação. Ainda, direcionando-se pelos fundamentos propostos por Layrargues (2002) destacamos a questão política incutida no conceito de Educação Ambiental compreendendo que o processo educativo é eminentemente político e tem por finalidade desenvolver, nos educandos, uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais que são geradores de riscos e de respectivos conflitos socioambientais.

Nesse contexto, cabe destacar que o debate sobre a Educação Ambiental na etapa da Educação Infantil é recente, sendo uma das referências na produção desses conhecimentos, os estudos de Tiriba (2007). Para a autora, as vivências em espaços naturais e artificiais contribuem para a formação da identidade e das capacidades individuais das crianças, afirmando ainda que, “[...] o modo de funcionamento de creches e pré-escolas, em centros urbanos e até mesmo em zonas rurais, podemos perceber que as crianças estão emparedadas: são mantidas, a maior parte do tempo, em espaços fechados” (TIRIBA, 2007, p. 220).

É diante disso que a temática da educação ambiental se materializa como problemática real, busca-se responder: Como se desenvolvem as práticas pedagógicas, dos professores dos Centros Municipais de Educação Infantil de Piraquara, no enfoque do trabalho com a Educação Ambiental? Delineamos como objetivo geral: compreender a prática em Educação Ambiental desenvolvida na Educação Infantil. Assim, partindo da idéia de que as dissonâncias evidenciadas entre o escrito e o prescrito nos documentos, Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, Projeto Político-Pedagógico, Plano de Trabalho Docente/ Projetos e o desenvolvido nas práticas pedagógicas elucidam a seguinte tese: há contradições nas práticas pedagógicas, em Educação Ambiental, desenvolvidas na Educação Infantil.

A questão ambiental, no município campo desta pesquisa, é um aspecto de interesse socioambiental e adquire relevância tendo em vista que Piraquara está localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), com restrições ambientais em mais de 90% de seu território, no qual estão localizadas três represas de abastecimento público que fornecem água para dois terços da população de Curitiba e região (PIRAQUARA, 2018).

Assim, o estudo sobre Educação Ambiental é relevante para a produção de conhecimento na área de educação para esta região e, nesse direcionamento esse campo de pesquisa permite compreender as articulações que se desenrolam nas ações pedagógicas, de modo que as crianças aprendam, desde cedo, a necessidade da proteção dos mananciais de água, para a coletividade e a preservação do meio ambiente do local onde vivem.

Das análises realizadas, seus resultados permitiram comprovar a tese de que: há contradições nas práticas pedagógicas desenvolvidas, pelos docentes, quando abordam a Educação Ambiental na Educação Infantil. Tais contradições são demarcadas pelas dissonâncias entre o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental e as Políticas de Educação Ambiental, a Proposta Curricular para a Educação Infantil, o

Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Plano de Trabalho Docente/Projetos (PTD). No âmbito deste artigo elucidaremos apenas os dados referendados nas análises das práticas desenvolvidas pelos docentes.

Fundamentação teórica – Desenvolvimento

Delineando-se pelos objetivos propostos busca-se o desafio de repensar os saberes, as atitudes, as práticas e os valores desenvolvidos culturalmente, sobretudo, quando temos em pauta o trabalho com a Educação Ambiental na Educação Infantil.

Os desafios são cruciais, e se voltam para a sobrevivência humana e planetária o cuidado com a vida como meta dos novos enredos educacionais se delinea de pronto e, segundo Boff (2004, p. 34) “a ótica do cuidado funda uma nova ética, compreensível a todos, e capaz de inspirar valores e atitudes fundamentais para a fase planetária da humanidade”. A lógica substanciada por uma visão crítica de Educação Ambiental não nos permite a efetivação de práticas como um fim em si, senão pela perspectiva de uma prática voltada à formação humana integral da criança. Entretanto, cumpre ressaltar que aqui, nessa perspectiva de Boff (2004) buscamos assinalar uma das dimensões de reciprocidade que ocorrem na relação homem natureza, ou seja, a dimensão subjetiva. Com isso, não estamos a desconsiderar, em hipótese alguma as dimensões objetivas que envolve questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Notamos a evidente falta de esforços por uma Educação Ambiental crítica, se fazendo necessária a ativação de um modo de vida que aponte para relações positivas e equilibradas, individual e coletivamente em favor ao meio ambiente.

Nestes termos buscamos explicitar que, ao relacionarmos a Educação Ambiental na Educação Infantil, possibilitamos à criança a formação humana integral, uma vez que nesse espaço os estudantes podem aprimorar os conhecimentos que já tem sobre o seu meio ambiente com o fim de reelaborar atitudes, habilidades e seu compromisso desde a tenra idade, com o trabalho em benefício da preservação ambiental, dentro e fora dos CMEI's, o que pressupõe o desenvolvimento de consciência e preocupações com o ambiente em seu entorno.

Nesse sentido, as aprendizagens na Educação Infantil articuladas à Educação Ambiental podem contribuir para a consolidação de valores no ser humano, sua relação e atuação no mundo a partir de interações com o espaço local em que a criança está inserida. A esse respeito, asseveram Rodrigues e Saheb:

[...] é necessário que, na Educação Infantil e em todos os outros níveis escolares, haja uma ótica que inclua a Educação Ambiental, pois o ser humano, conhecendo as ciências naturais, integrando-se na natureza e na humanidade e reconhecendo-se como parte da sociedade, inicia a constituição da sua condição humana (RODRIGUES; SAHEB, 2015, p. 186).

Com base nas ideias das autoras, inserir nas pautas escolares a educação ambiental é possibilitar espaço-tempo de constituição humana de forma integral, situando-os como protagonistas do processo de cuidado de si e do meio ambiente. Atentando para o alerta de Tiriba (2007, p. 222) ao destacar que “[...] formar pessoas que respeitem a natureza, desfrutem da vida ao ar livre não pode ser uma opção de cada professora ou escola, mas um direito das crianças e, portanto, um imperativo pedagógico”.

Considera-se que ao encarar a Educação Ambiental conforme sua regulamentação, as instituições educacionais têm por dever ofertá-la em todas as etapas, níveis e modalidades educativas. Tiriba (2007) afirma a importância que a Educação Infantil possibilite às crianças o aprendizado para estabelecerem relações com os elementos da natureza: a água, o sol e a terra e que estes elementos se constituam a matéria-prima na realização de suas atividades.

A autora supracitada propõe que as instituições de Educação Infantil assumam desafios de uma Educação Ambiental, com vistas a resgatar o melhor das tradições étnicas que possuem a nação brasileira, de modo à invenção de novos jeitos de viver, sentir e pensar a vida sobre a Terra, bem como Tiriba (2007, p. 226) coloca, “[...] incorporar à rotina as atividades de semear, plantar, cuidar e colher alimentos e outros vegetais; do mesmo modo, assumir cozinhas, hortas, marcenarias, oficinas de produção e conserto de brinquedos como privilegiados espaços educacionais”. Para tanto, há de se considerar uma lógica permeada por uma concepção de Educação Ambiental também radical a qual, assinalou Tristão (2002) exige alternativas radicais, justas e pacíficas e, uma concepção de Educação Infantil fundada no princípio do cuidar e educar, de modo que tais fundamentos permitam extrapolar o contexto permeado pelo “praticismo”, pois, como assinala Layrargues (2012, p. 49), ou a “Educação Ambiental se integra à leitura complexa do mundo, ou estará fadada a servir ao capitalismo como instrumento ideológico [...] em nome de uma ética ‘ecológica’”. Os impactos dos avanços já assinalados refletem na forma de interpretação da realidade e, por sua vez, apresentam à humanidade

relações mais obscuras e insustentáveis, onde a ruptura dos paradigmas conservadores, destrutivos e individualistas, fixados em

[...] é cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de uma sociedade cada vez mais não só ameaçada, mas diretamente afetada por riscos e agravos socioambientais. Os riscos contemporâneos explicitamos limites e as consequências das práticas sociais, trazendo consigo um novo elemento, a “reflexividade” (JACOBI, 2005, p.233).

Os apontamentos de Jacobi são importantes, pois, por um lado, nos despertam a pensar sobre o inacabamento humano, nossas possibilidades de “reconfiguração de suas relações”, e, por outro lado, reportam à necessidade de “reconfiguração das práticas sociais”, das quais se destacam as práticas pedagógicas.

De fato, as nuances da sociedade atual, seus conflitos econômicos, políticos e socioambientais, exigem a superação de paradigmas perpetuados pela relação sujeito e objeto do conhecimento, a qual em grande medida se funda na fragmentação, produzindo um conhecimento da realidade, Jacobi (2005, p.191-192), “[...] de forma fragmentada (partes/ indivíduos), por delimitar seu objeto de estudo, aprofundá-lo especializando e criando, como consequência, fronteiras disciplinares bem demarcadas”.

Por sua vez, a educação se apresenta como possibilidade mediadora na relação sujeito, objeto do conhecimento e natureza. Entretanto, ressalta Guimarães (2005, p. 192), a educação não pode se constituir como propulsora para as soluções dos problemas, se o sujeito é percebido de forma fragmentada, não se relacionando ou sofrendo influências do todo.

Ainda para Guimarães (2005, p. 192), o espaço das práticas pedagógicas, ao passo que estas podem contribuir para alteração das práticas sociais, podem também reafirmar e perpetuar contradições, materializando certa incapacidade discursiva em lidar com as questões ambientais. Embora a educação em si não transforme as práticas sociais, atua enquanto mediadora entre o que se tem e o que se deseja, onde a postura crítica emancipatória pode construir uma percepção de mundo de forma integrada, ou seja, por meio das práticas educacionais Guimarães é possível:

[...] romper com visões simplistas e reducionistas, que olham para os fenômenos buscando interpretá-los encaixando-os em uma lógica mecanicista e linear, é estar consciente da

influência dominante dos paradigmas na visão de mundo individual e coletiva historicamente construída na/da sociedade moderna (GUIMARÃES, 2005, p. 193-194).

Esse contexto explicita uma relação com o postulado freiriano ao assinalar que a conscientização deve supor um ambiente educativo que possibilite a reflexão crítica pela ação-reflexão-ação, e se configurar numa nova práxis onde, Guimarães (2005, p.194), “[...] o indivíduo se transforma transformando a sociedade e, reciprocamente, na sociedade em transformação o indivíduo se transforma”. Nesse direcionamento, a Educação Ambiental na Educação Infantil se situa no contexto mais amplo da educação, ou seja, a formação para a cidadania em que a solidariedade, o respeito à diversidade, as relações saudáveis com o meio ambiente tornam-se práticas cotidianas.

O contexto de articulação Educação Ambiental na Educação Infantil remete à consolidação de posturas éticas, políticas e humanas e ao levarmos em consideração os campos de experiências, ultrapassa inclusive os méritos disciplinares, põe em jogo a realidade socioambiental do coletivo e de cada um dos sujeitos do processo educativo, uma vez que, nas palavras de Carvalho (2004, p. 18) “[...] situando o ambiente conceitual e político onde a educação ambiental pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade”.

O ambiente educativo, ou seja, o lócus das práticas docentes, se constitui por um movimento dialético, onde a prática social, as relações sociais e ambientais impulsionam o trabalho com os conteúdos. Nesse espaço, o tempo de relações e a participação potencializa a ação dos sujeitos individuais e coletivos, em prol da transformação de uma realidade em interação mais harmônica e saudável com o outro e com o mundo.

Metodologia

A metodologia de pesquisa para realização deste estudo teve como pressuposto o movimento dialético, em que buscamos evidenciar o percurso, processos e práticas de Educação Ambiental no bojo das práticas pedagógicas dos professores dos Centros Municipais de Educação Infantil do município de Piraquara, localizados na área considerada rural.

O arcabouço teórico metodológico está delineado por princípios em que não se desconsidera a dinamicidade das práticas, os avanços, os retrocessos, as superações, os embates e até mesmo a busca pelo novo que, por vezes, permeia a prática pedagógica de aços à primeira vista

interessantes, mas, que do ponto de vista do significado transformador pouco agrega. Para Triviños (2009, p. 12), essa forma de análise leva em conta as relações materiais e sociais e, afirma o autor, quando se assume “uma análise dialética é possível que o pesquisador se aprofunde nas causas e nas consequências dos problemas, suas contradições, suas relações e dimensões qualitativas”. Nessa linha, Minayo (2014, p. 21-22), agrega que “[...] trabalha com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização”, e/ou quantitativas, análise do “[...] contexto, da história, das relações, das representações [...], visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação” (MINAYO, 2014, p. 28-29), quando for o caso e, se manifestam na prática educacional, ora como mecanismos intencionais, ora em formatos espontaneístas, haja vista, que as práticas pedagógicas são apontadas por Souza (2016, p. 44) como práxis, a qual pelo seu caráter intencional, poderá estar voltada para a dominação ou para a transformação.

A etapa inicial delineou-se pela revisão da literatura, aprofundamento teórico com a pesquisa bibliográfica, a qual se desenvolveu a partir de um levantamento bibliográfico realizado em dois bancos de dados: Portal de teses e dissertações 2 da Earte (Estado da Arte, Pesquisa em Educação Ambiental), que reúne especificamente trabalhos realizados em Educação Ambiental e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca se deu por meio de três descritores: “Educação Ambiental e Educação”; “Meio Ambiente e Educação Infantil”; “Educação Infantil e sustentabilidade”. No Banco da BDTD foram usados os Descritores: “Educação Ambiental e Educação Infantil”, (2005-2019).

Na continuidade, a elaboração teórico-metodológica direcionou as ações que envolveram o campo de pesquisa com a coleta de dados de documentos e dez entrevistas semiestruturadas com professores de cinco Centros Municipais de Educação Infantil de Piraquara, além da análise a documentos como os Planos de Trabalho docente. O campo da pesquisa constitui-se de cinco CMEIs identificados pela sequência CMEI1; e assim sucessivamente até o número 5.

Os CMEI's, campo desta pesquisa, são considerados espaços ideais, pois, são locais que viabilizam o trabalho com a Educação Ambiental, nos permitindo um olhar mais detalhado sobre as práticas pedagógicas ali desenvolvidas. Os sujeitos da pesquisa estão constituídos pelo grupo de dez professores, identificados pela letra P, sequencialmente de um a dez.

Selecionamos dois docentes de cada instituição, definindo o critério por serem responsáveis por turmas.

Os professores foram escolhidos por trabalharem com as crianças maiores (Infantil IV) – com cinco anos de idade –, sendo professores regentes das referidas turmas. Os contatos iniciais se deram via telefone e e-mail e tiveram por intento agendar os encontros presenciais. Em função da pandemia, outros contatos que foram necessários se deram por meio do WhatsApp e via reuniões com o auxílio das plataformas: Teams e Zoom, com o devido aceite por parte dos participantes da pesquisa. O fluxo de envio e recebimento do questionário foi via WhatsApp após ter a assinatura do TCLE de cada um dos sujeitos que se propuseram a participar da pesquisa.

A coleta de dados se deu por meio de reuniões, previamente agendadas via plataforma Google e envio de questionário contendo dentre os campos investigativos o campo das práticas.

Para as análises foram consideradas elementos das práticas pedagógicas e sua articulação com os documentos orientadores conforme expostos no esquema de análises (Figura 1).

Figura 1: Esquema de análise de dados



Fonte: Sistematização da autora (2021)

Resultados e Discussão

Os dados teóricos são condizentes com a teoria crítica de Educação Ambiental, a qual segundo Loureiro (2004) é passível de outras denominações tais como, educação ambiental transformadora, emancipatória ou popular. A concepção fundada na teoria crítica direcionou estudos de inúmeros teóricos como: Bomfim (2008); Guimarães (2000, 2005); Loureiro (2004); Layrargues (1997). Esses autores assinalam que os problemas ambientais

quando analisados à luz da teoria crítica livre dos vieses reducionistas conservadores e tendenciosos, comumente presentes nos projetos e práticas de educação e, outros espaços como meios de comunicação e empresas, podem contribuir para significativas transformações, com base na teoria crítica há a crença de que as transformações, na sociedade, são causadas em função de uma dinâmica de reciprocidade, portanto,

[...] o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma educação política (GUIMARÃES, 2000, p.17).

Considerando o contexto espacial e a perspectiva de vivência harmônica ser humano e natureza, é possível supormos que os avanços populacionais caminhariam *pari passu* a uma íntima relação com o meio ambiente, o que pode sugerir a proposição de inúmeros projetos e ações voltados à temática em Educação Ambiental. Buscamos nos documentos que orientam a prática docente se havia alguma menção sobre: meio ambiente, Educação Ambiental ou preservação ambiental.

Das análises, observamos que essa perspectiva de articulação ser humano e natureza é preconizada, também, em alguns documentos municipais amparados em legislações nacionais, como a Lei nº 464/2000, que trata em seu Art. 4º, “[...] o zoneamento da UTP do Itaqui tem por objetivos: I - Assegurar as condições ambientais adequadas à preservação dos mananciais, através do ordenamento territorial em áreas com pressão por ocupação” (PIRAQUARA, 2000, p. 2).

Esse indicativo também aparece explícito no documento Lei nº 907/2007 que dispõe sobre o Código Municipal do Meio Ambiente do Município de Piraquara, e dá outras providências, estabelecendo no Artigo 1º uma definição de Educação Ambiental da seguinte forma:

[...] entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PIRAQUARA, 2007).

Há, ainda nessa Lei, o destaque ao aspecto educacional quando estabelece nos artigos 21 e 23 que, as propostas curriculares de Ensino

Fundamental e Ensino Médio devem contemplar os conteúdos estabelecidos pelas diretrizes nacionais, levando em conta a Educação Ambiental como fundamento para a formação humana, além de observar a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que aponta pela necessidade de contemplar conteúdos referentes à Educação Ambiental na área de ciências e, que as temáticas referentes devem ser contempladas nos planejamentos de ensino.

Quanto à Proposta Curricular Municipal para a Educação Infantil, observamos indicativos de consonância com os princípios contidos na BNCC e LDBEN 9.394/96, os quais dizem respeito aos princípios éticos, estéticos e políticos. Ao exemplificar como esses princípios se materializam, verificamos:

A fim de exemplificar a presença desses princípios nas práticas educativas, podem-se mencionar as experiências em que as professoras: incentivam e valorizam as produções das crianças; orientam a troca, o empréstimo de brinquedos e de outros materiais; incentivam que as crianças "mais experientes" auxiliem as demais; se dedicam a discutir e a resolver conflitos de forma respeitosa e afetiva; possibilitam que as crianças deem suas opiniões, demonstrem seus interesses e preferências, assim como os consideram em suas práticas; promovam a vivência de histórias, músicas, brincadeiras, culinária, artes, etc, de outras culturas, valorizando as e respeitando-as; orientam práticas diárias relacionadas à preservação do meio ambiente (destino adequado ao lixo, não desperdiçar a água, etc), etc. (PIRAQUARA, 2020).

Importa considerarmos que este documento é o orientador de todas as práticas desenvolvidas na Educação Infantil do município, campo desta pesquisa, e, contraditoriamente, quando tomamos em consideração as especificidades do município no que diz respeito a ser Área de Preservação Ambiental, e existirem cinco CMEI's muito próximos à região das APA's, não se compreende a ausência dessa temática (Educação Ambiental) numa abordagem crítica, onde as relações política, econômica, social e cultural se fariam presentes na configuração das práticas. Salutar seria se os documentos orientadores das práticas dialogassem com questões tão caras à humanidade.

Quanto ao contexto observado e os documentos notamos haver contradição, ao passo que estes tratam de legislação de um município localizado em espaço de importância ímpar para aqueles que nele habitam, e para a humanidade enquanto tal.

Quanto ao descritor meio ambiente, sequer menciona a Educação Ambiental como uma prática necessária no contexto em pauta. Nos documentos, há uma menção muito superficial acerca da temática, o que

nos permite inferir que não há uma concepção sobre Educação Ambiental e preservação do meio ambiente. Ainda que, o documento Código Municipal do Meio Ambiente do Município de Piraquara (2008) aborde especificamente a Educação Ambiental, essa conotação não é assimilada nos documentos da área educacional, como observado na Proposta Curricular Municipal para Educação Infantil e, tampouco, nos PPP's. Diante dos indícios pontuados pelos autores, buscamos, então, verificar nos PPP's

dos CMEI's em tela, se há ou havia algum diálogo com questões ambientais, para o que, respectivamente, constatamos:

Elaborar junto com os professores em sua hora-atividade projetos que envolvam a horta, a literatura e a utilização dos espaços da sala e externo. Orientar os servidores (Agentes educacionais I Manutenção, infraestrutura e Preservação do Meio ambiente) (CMEI-1, 2020) Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc.) (CMEI-3, 2020)

Notadamente, pelos excertos retirados dos PPP's, são os únicos que abordam a questão e, nessa mesma linha seguem os demais PPPs, esses apontamentos em articulação ao contexto espacial onde os CMEI's estão localizados, nos causa algum estranhamento o nível de importância dada à questão ambiental, sobretudo, na ausência de uma concepção de Educação Ambiental nos referidos documentos.

Nesse contexto e, articulando ao apresentado nos documentos orientadores da prática pedagógica, buscamos vislumbrar como essas se relacionam a uma concepção de Educação Ambiental e a desconexão com uma concepção crítica de EA também é observada nas falas dos sujeitos

Os cuidados com a natureza. Começando pela separação do lixo reciclável, para tentar prevenir; os alimentos compostos orgânicos. (P7) Eu imagino que Educação Ambiental seja o trabalho com o Meio Ambiente, de mostrar a importância do meio ambiente, da natureza. (P8) Essa questão da preservação do ambiente, da água – que hoje, se a gente não cuidar... futuramente a gente não vai ter mais água. Então a gente tem que trabalhar com eles desde pequenos, para preservar, para que quando eles sejam adultos eles tenham essa consciência. (P9)

Notadamente, há nas respostas um indicativo do meio ambiente como algo externo, distante do ser humano, uma dimensão que deva ser

aprendida, e não experienciada. Ideias como da Redução, da Reutilização e da Reciclagem orientam as falas dos sujeitos, refletindo a ordem discursiva em vários elementos, o qual dissemina ideias pautadas no cuidar e preservar para continuar a explorar.

Há um direcionamento voltado à compensação de supostas inconveniências, corroborando ao aumento da produção do próprio lixo, já que o consumismo é a tônica, sob o argumento da possível reutilização o que contribui para perpetrar uma tendência pragmatista, com visão reiteradamente destituída do humano, ao conceber o meio ambiente como mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento, constata-se:

[...] primeiro, a ausência de reflexão que possa permitir a compreensão acurada das causas, consequências e peculiaridades dos problemas ambientais. [...] crença na neutralidade da ciência e da tecnologia e resulta em uma percepção superficial e despolitizada das relações sociais e de suas interações com o ambiente. Segundo a busca desenfreada por projetos e ações factíveis que tragam resultados orientados a um futuro sustentável, embora dentro de um limite que não ultrapasse as fronteiras do realismo político, do economicamente viável, da conservação do status quo, que na Educação Ambiental se enquadra na perspectiva da “atividade-fim” [...]. Esse quadro reduz drasticamente as possibilidades de enfrentamento político da crise (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p.10).

Na mesma direção, observamos a aproximação da vertente conservadora, Layrargues e Lima (2011, p.11) “[...] na medida em que é sua adaptação ao novo contexto social, econômico e tecnológico, ainda sem considerar a articulação com a questão da desigualdade social”. Com isso buscamos resgatar dos enunciados dos sujeitos a relação de práticas desenvolvidas em Educação Ambiental, para o que foi constatado:

A questão da horta, mesmo, eles têm esse contato com os alimentos que eles mesmo comem; passeios, às vezes a gente consegue fazer passeios em chácaras, aqui ao redor tem bastante chácaras, às vezes levamos eles em campos, a gente tenta encaixar sempre dentro do projeto algo que eles consigam ter esse contato. Por ser uma região onde tem bastante chácaras, é um campo mais aberto, as nossas crianças eles têm mais contato do que se fosse em uma área urbana, numa cidade, aqui a gente ainda vê os animais andando na rua, a gente vê cavalo, a gente vê vaca, e bastante pastos, árvores, que a maioria das crianças tem contato. (P9)

Eu já trouxe o pezinho de limão para eles verem a mudinha, trouxe o limão para eles experimentarem. Eles viram eu cortando, eu fiz um suco de limão para eles. Então, para você ensinar alguma coisa, eles têm que ver. Então, sempre que eu trabalho sobre isso, eu tento mostrar para eles de onde veio, como veio. Já trabalhei com frutas com eles, já mostrei figuras. Eu tenho o costume de levar o notebook para a sala e mostrar as imagens. (P7)

As falas desses sujeitos, mais uma vez, reportam aos princípios já explicitados no tocante às tendências em Educação Ambiental, onde as práticas estão centradas em perspectivas de sensibilização, contemplação, reaproveitamento e, pouco ou nada adentram às dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas. Como já assinalado, todos os CMEI's estão alocados em região de preservação ambiental, sofrem com a ausência de políticas públicas que articulem desenvolvimento local-social com as questões de meio ambiente e, exatamente, por esse viés, discutir com as crianças as problemáticas ambientais, sob a perspectiva da reflexão crítica, parece ser, além de interessante, viável e significativa. O teor das dimensões políticas, econômicas e sociais devem estar à altura da compreensão das crianças desta etariedade e, por isso, a atividade requer planejamento consolidado, calcado numa perspectiva crítica coerente com a função da escola que desenvolve práticas voltadas à transformação e emancipação social.

Embora, constataremos esforços na organização do espaço interno para articular os conteúdos voltados à Educação Ambiental. Os PTD's analisados apresentam estratégias que vão dialogar com a perspectiva de observação, contemplação da natureza, conforme se observa nos enunciados e, também nas imagens na sequência (Figura 2):

Figura 2: Atividades práticas realizadas com as crianças



Fonte: Professora Daniele B. Salgueiro (2021)

Você sabia que o Naturildo, adora brincar e descobrir os elementos da natureza? Observe a natureza ao seu redor, descubra as cores das flores e árvores, escute o som dos passarinhos, olhe os insetos, tente olhar o mais longe que conseguir. Agora que você já observou a natureza da sua janela e descobriu muitos elementos que a compõem, faça uma produção utilizando flores, galhos, pedras, sementes.... Você percebeu como foi interessante construir formas e traços utilizando os elementos da natureza? Então, vamos observar as criações de Vicki Rawlins, que também possuem os mesmos elementos que você utilizou?

É possível inferir que as tendências nas abordagens dos conteúdos de Educação Ambiental na Educação Infantil permanecem ao âmbito da observação, contemplação e exploração, sem a articulação com os conflitos, ou as problemáticas que tangenciam a questão e o próprio ser humano e vai na contramão do que assinalou Barros:

Aprender a pensar de forma sistêmica envolve compreender as relações, contextos e sua interdependência. A natureza pode contribuir nesse processo, nos ensinando sobre sua própria diversidade, apontando a potência que há na diferença entre os indivíduos e seus caminhos de aprendizagem (BARROS, 2018, p. 85)

Nesse contexto, os questionamentos elencados colocam em ação os sujeitos na busca por respostas aos problemas, a fim de aclarar o significado das realidades para as pessoas que estão associadas. No interior dessa busca, o projeto se consolida em direção à condução teórica da ação socioambiental (um saber-ação). A criança se torna protagonista, e é convidada a refletir. Nessa concepção, conforme assinalam Saheb e Rodrigues (2016, p. 9): “[...] as questões ambientais devem primeiramente ser significativas para as crianças, e em se tratando de Educação Infantil, devem partir da observação do ambiente no qual estão inseridos”.

Notadamente as práticas são convergentes com o descrito e estabelecido nos documentos institucionais e contraditórias quando analisadas sob a perspectiva do estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Considerações Finais

Notamos, sobremaneira, considerável convergência das práticas docentes ao disposto nos documentos institucionais que, por sua vez

dialogam com o disposto na BNCC situando a contradição das práticas a partir de um delineamento macro, ou mesmo do “endereço” da educação, o que nos permite questionar: a quem interessa não discutir os fundamentos da Educação Ambiental? A quem se faz pertinente não apresentar os diversos delineamentos que a Educação Ambiental toma no seio da prática social? A quem interessa assumir uma “concepção” de Educação Ambiental tal qual, aquela “posta” na BNCC? Estes questionamentos não têm a pretensão de direcionar à exaustão a busca por culpados, busca antes, explicitar questionamentos que podem caminhar para a reconfiguração das práticas pedagógicas, de modo que essas não permaneçam sob a égide da reprodução de fundamentos e discursos estranhos aos contextos sociais locais e, por teor, alheias às demandas que atravessam a Educação Ambiental.

Ressaltamos nesse contexto a necessidade de maior aprofundamento acerca da própria BNCC, de seu caráter discursivo acerca do termo natureza, considerando aos lineamentos nela contidos não sejam de nenhum modo desinteressados.

Notadamente, a ideia de que se trata de uma aprendizagem de algo externo à criança, cujos conhecimentos poderão ser utilizados no cotidiano, se articula à clássica noção de “primeiro se aprende, depois se coloca na prática”, e nessa linha, assevera Carvalho que “para uma educação ambiental crítica, a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado”. (CARVALHO, 2004, p. 19-20).

A constatação de que a natureza não é intrínseca à vida humana nos reporta a Sauvé (2005), quando ressalta que a concepção assumida também direciona o fazer docente.

Como assinalado nesta análise, os documentos referendados pelos professores como orientadores de sua prática pedagógica são a Proposta Curricular para a Educação Infantil (2020), e a BNCC (2017). Ocorre que, ambos não se constituem currículo, senão direcionadores para a elaboração do currículo. E, não há um currículo nos PPP’s os docentes seguem o prescrito na PCEI (2020), e esta, por sua vez, reproduz o disposto na BNCC (2017) nos quesitos: os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, dos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento e dos campos de experiências. Logo, assim como na BNCC (2017), a PCEI (2020) também vai tangenciar a temática Educação Ambiental sem, sequer, explicitar uma concepção de Educação Ambiental, acabam por indicar mudanças pontuais no comportamento e não dialogam com uma “educação que se realiza no movimento de transformação do indivíduo inserido num processo

coletivo de transformação da realidade socioambiental como uma totalidade dialética em sua complexidade”. (GUIMARÃES, 2004, p.29)

Referências

BARROS, Maria Isabel Amado de (Org.). Desemparedamento da infância: a escola como lugar e encontro com a natureza. Rio de Janeiro: Alana, 2018.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOMFIM, A. M Trabalho, meio ambiente e wducação: apontamentos à Educação Ambiental a partir da filosofia da práxis. In: ENDIPE, 14., 2008, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p.1-14.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004. p.13-24.

FERRAZ, Jéssica Boaventura dos Santos. Educação ambiental emancipatória: possibilidades em uma escola pública. Porto Alegre, 2012. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental: no consenso um debate? Campinas, Papirus, 2000

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília, 2004. p. 25-34.

GUIMARÃES, Mauro. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. Margens: Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação, v. 7, n. 9, p. 11-22, ago. 2013.

GUIMARÃES, Mauro. Intervenção educacional. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.118 p.189-205, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: o desafio da construção de um

pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? Revista Proposta, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P. P.; CASTRO, R. (Org.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p.179-220.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Gestão ambiental e universidades: um caminho pedagógico para a sustentabilidade. Outubro de 2012. Disponível em http://www.foruns.unicamp.br/foruns/projetocotuca/biblioteca_virtual/arquivos/Phillpi.pdf.

pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2011. A pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-graduação no Brasil. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/mages/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Limamapeando_as_macro-tend%C3%Aancias_da_EA.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As Macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan.- mar. 2014.

- LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental Transformadora. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.
- PIRAQUARA, Prefeitura de. Plano de saneamento básico do município de Piraquara: relatório de síntese: revisão. Parte II. Piraquara, 2018.
- PIRAQUARA, Prefeitura de. Lei nº 464/2000. Dispõe sobre o zoneamento na Unidade Territorial de Planejamento – UTP do Itaqui e dá outras providências. Piraquara, 2000. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/piraquara/lei-ordinaria/2000/46/464/lei-ordinaria-n-464-2000-dispoe-sobre-o-zoneamento-na-nidade-territorial-de-planejamento-utp-do-itaqui-e-da-outras-providencias>
- PIRAQUARA, Prefeitura de. Lei nº 907/2007. Dispõe sobre o Código Municipal do Meio Ambiente do Município de Piraquara e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/piraquara/lei-ordinaria/2007/90/907/lei-ordinaria-n-907-2007-dispoe-sobre-o-codigo-municipal-do-meio-ambiente-do-municipio-de-Piraquara-e-da-outras-providencias>.
- PIRAQUARA, Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação. Proposta Curricular da Educação Infantil (versão fevereiro/2020). Piraquara, 2020.
- RODRIGUES, Daniela Gureski; SAHEB, Daniele. A concepção dos professores e educadores de educação infantil sobre o terceiro saber de Morin: ensinar a condição humana. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 96, n. 242. p. 180-197, jan./abr. 2015.
- SAHEB, Daniele; RODRIGUES, Daniela Gureski. Educação Ambiental: limites e possibilidades. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 23, n. 1, jan./abr. 2016.
- SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/agosto 2005.
- SOUZA, Maria Antônia de. Sobre o conceito de prática pedagógica. In: SILVA, Maria Cristina Borges da. Práticas pedagógicas e elementos articuladores. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016. p. 38-65.
- TIRIBA, Léa. Reinventando relações entre seres humanos e natureza nos espaços de educação infantil. In: MELLO, S.S; TRAJBER, R. (Coord.). Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas de educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 219-228.
- TIRIBA, Léa. Crianças da natureza. In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. Anais do... Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-%20pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba/file> Acesso em: 20 out. 2017.
- TRISTÃO, M. As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (Org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.169-173.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Submetido em setembro de 2024
Aceito em outubro de 2024
Publicado em novembro de 2024

